

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSN: 2675-5432

“Memórias da tortura”: Representações da resistência feminina nos testemunhos para a Comissão Nacional da Verdade

Maria Socorro Rodrigues Nogueira

Professora na Secretaria Estadual da Educação do Ceará e Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Graduada em História – Universidade Federal do Ceará. Mestra em História, Culturas e Especialidades – PPGHCE/Universidade Estadual Ceará.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5456-4707>



Recebido em: 04/08/2024
Aprovado em: 10/12/2024
Publicado em: 28/03/2025

“Memórias da tortura”: Representações da resistência feminina nos testemunhos para a Comissão Nacional da Verdade¹

Maria Socorro Rodrigues Nogueira²

Resumo

O presente artigo problematiza as representações sobre a resistência feminina à Ditadura Militar nos testemunhos presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade com ênfase nas torturas sofridas nas prisões. Busca-se analisar os interrogatórios e refletir sobre as representações da tortura a partir dos testemunhos das militantes. A Análise do Discurso - AD - pautou as reflexões sobre os testemunhos, levando-se em consideração, as condições e o contexto nos quais foram produzidos, bem como, a posição dos sujeitos que os produziram. O estudo evidencia que a militância feminina de oposição à ditadura, foi duramente reprimida com prisões indevidas e interrogatórios marcados por torturas sexuais e/ou

¹ Este artigo refere-se a um fragmento da Dissertação de Mestrado intitulada: “Memórias da Ditadura: uma abordagem sobre a resistência feminina na perspectiva da História Pública e as possibilidades para o ensino de História apresentada ao PPGHCE/UECE, em 2024.

² Professora na Secretaria Estadual da Educação do Ceará e Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Graduada em História - Universidade Federal do Ceará. Mestra em História, Culturas e Espacialidades - PPGHCE/Universidade Estadual Ceará.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5456-4707>

psicológicas o que evidencia o caráter sexista e patriarcal do Estado Autoritário (1964-1985).

PALAVRAS CHAVES: Ditadura militar; Mulheres; Tortura.

Abstract

This article problematizes the representations of female resistance to the Military Dictatorship in the testimonies present in the final report of the National Truth Commission with emphasis on the torture suffered in prisons. It seeks to analyze the process of interrogations and reflect on the representations of torture based on the testimonies of the militants. Discourse Analysis - DA - guided the reflections on the testimonies, taking into account the conditions and context in which they were produced, as well as the position of the subjects who produced them. The study shows that female militancy in opposition to the dictatorship was harshly repressed with undue arrests and interrogations marked by sexual and/or psychological torture, which evidences the sexist and patriarchal character of the Authoritarian State (1964-1985).

KEYWORDS: Military dictatorship; Women; Torture.

“La tortura era parte de una «ceremonia iniciática» en los campos de detención, en que se privaba a la persona de todos los rasgos de su identidad: la vestimenta, las pertenencias personales, la posibilidad de mirar y ver por capuchas y mordazas.”

(Jelin, 2002, p. 101).

Introdução

Após o fim ditadura militar parte da sociedade brasileira – mais especificamente, aqueles(as) que sofreram a violação de suas liberdades individuais cerceadas, foram perseguidos(as), presos(as) de forma arbitrária,

torturados(as) etc., – se mobilizou com objetivo de denunciar e reivindicar a responsabilização dos agentes estatais pelos crimes de violação dos direitos humanos. Amigos e familiares dos políticos mortos e desaparecidos foram às ruas contra o Estado durante o regime ditatorial, alguns até em instâncias internacionais para dar visibilidade aos crimes aqui cometidos.

Dessa maneira, “[...] os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória³ dos anos 60 e 70” e “[...] continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura”, atitude vista como revanchismo de esquerda para grande parte dos militares que “[...] gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento” (Martins Filho, 2002, p. 179). Assim, “desde meados dos anos noventa, emergiu todo um discurso, baseado na memória, que relata feitos, ações, prisões, torturas sofridas nas mãos da repressão do regime militar. Estes relatos, por sua vez, passaram a ganhar cada dia mais legitimidade.” (Pedro; Wolff, 2011, p. 399). Conforme Napolitano (2015), é importante destacar que não se espera, nestes processos, a reconstrução de uma memória homogênea “oficial” e “única”, que, aliás, nunca houve na história.

³ Conforme Napolitano, a construção social da memória sobre a Ditadura passou por fases, sendo que a primeira “[...] pode ser identificada entre 1964-1974, marcada por experiências históricas matriciais que servirão de experiência primária para as construções e reconstruções posteriores no campo da memória” (2015, p. 20); A segunda situa-se entre 1974-1994, período em que “[...] a classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime, ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-lo perante a opinião pública” (2015, p. 20); A delimitação da terceira fase se estabelece entre os anos de 1995-2004, período caracterizado pelo “[...] predomínio da uma memória hegemônica crítica ao regime influenciou as políticas do Estado brasileiro pós-ditadura. [s/c]” (2015, p. 25); e, a quarta fase foi delimitada entre 2003-2014, identificada de “revisionismos ideológicos e historiográficos” é caracterizada de um lado pelo “[...] aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo (2015, p. 25).

Conforme enfatiza Elizabeth Jelin:

Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, en la resistencia, en el mundo privado, en las catacumbas. Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma”, e completa: “el espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política (Jelin, 2017, p. 6).

Considerando o espaço da memória como um espaço de lutas políticas é impensável uma memória homogênea mesmo quando diz respeito a pessoas pertencentes ao mesmo grupo. Porém, no contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade as memórias em conflitos se deram em torno de grupos opositores que objetivavam preservar sua versão da História.

Com a proximidade do quinquagésimo aniversário do Golpe civil/militar de 1964, ainda no contexto de luta, reivindicação e direito a memória, foi criada a Comissão Nacional da Verdade – CNV no Brasil, último país que tem sua história manchada por uma ditadura na América Latina a desenvolver uma Comissão da Verdade⁴.

Este artigo apresenta a reflexão sobre a resistência feminina à Ditadura Militar a partir dos testemunhos para a Comissão Nacional da Verdade, mais especificamente, ao grupo de trabalho Ditadura e gênero, com ênfase nas vivências das militantes nas prisões. Problematizo a

⁴ Entre as Comissões da Verdade desenvolvidas nos países da América Latina anteriores à brasileira, podemos destacar: A embrionária Comissão Nacional de Investigação de Desaparecidos na Bolívia (1982); A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (1983); A Comissão da Verdade e Reconciliação / A Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura no Chile (1989 e 2003); A Comissão da Verdade para El Salvador (1992); A Comissão para o Esclarecimento Histórico da Guatemala (1997-1998); A Comissão para a Paz no Uruguai (2000); A Comissão da Verdade e Reconciliação no Peru (2001). Fonte: COMISSÃO Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. vol.1, p.21/22.

representação da mulher na sociedade durante a vigência autoritária (1964-1985), o caráter sexista e misógino evidentes nos testemunhos e a responsabilidade da fala/silêncio durante os interrogatórios.

1. A representação feminina nos depoimentos à CNV

Antes do golpe civil-militar de 1964, as mulheres eram pouco ativas no cenário político brasileiro. Isso se deve ao forte conservadorismo social em relação aos espaços sociais que ocupavam. Os anos 1960 foram marcados por intensas discussões sobre a família, a estrutura social e a posição da mulher na sociedade.

Tendo em vista as transformações políticas e socio-culturais, as mulheres recusaram o papel que lhes havia sido, historicamente, atribuído pelo patriarcado – de moças comportadas, donas de casa, mãe – e ocuparam espaços no mercado de trabalho, nas universidades, locais em que adotaram novos comportamentos em relação a condição destas no meio social. De acordo com Teles (2015), o segmento que mais experimentou mudanças nas décadas de 1960 e 1970, provavelmente, foi o das mulheres. Suas vidas cotidianas, o mercado de trabalho e a necessidade de obter mais escolaridade foram afetadas por mudanças. Isso interferiu em suas relações com os homens e outras mulheres e muito a dinâmica de suas vidas.

Mesmo vivenciando as transformações sociais e atuando nas organizações políticas, as mulheres de esquerda, até então, não tinham despertado para o desenvolvimento de pautas especificamente feministas, por entenderem que essas discussões estavam relacionadas às mulheres burguesas, até mesmo porque, estas últimas, viriam ter um relevante papel no apoio ao golpe de 1964 por parte da sociedade civil.

“Argumenta-se que, embora influenciado pelas experiências européias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente

marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964” (Sarti, 2004, p. 36). Dessa forma, as mulheres saíram às ruas motivadas por uma variedade de questões, principalmente as de viés político. Elas se opunham ao autoritarismo e à repressão criados pela Ditadura Militar e assumiram papéis significativos na luta armada, muitas vezes sendo questionadas até mesmo por homens das organizações de esquerda.

Participar da militância política, durante a vigência do estado autoritário, além de levá-las à clandestinidade, era conviver com o risco de prisão, tortura e todas suas consequências. Destarte, nos interrogatórios das prisioneiras políticas, presentes nos depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, os militares estavam sempre relacionando o papel da mulher à constituição da família tradicional a partir da instituição do casamento. Dessa maneira, o comportamento fora dos parâmetros da heteronormatividade às colocava em suspeição para os agentes da repressão.

Ana Maria Gomes, detida em julho de 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e levada ao DOPS/SP para prestar depoimento foi “aconselhada” por um delegado a não se desviar do caminho que deveria ser percorrido por “moças de família”:

O sindicato foi invadido, nós fomos levadas para uma delegacia no bairro e depois para o DOPS. [...] No final do dia, fomos chamadas à sala do delegado. [...] eu não podia, evidentemente, dizer o que eu estava fazendo lá [no sindicato]. Então, eu disse que o meu irmão – não disse quem era o meu irmão –, que o meu irmão trabalhava numa fábrica, que tinha entrado em greve, ele começou a demorar muito para chegar em casa, a minha mãe estava muito preocupada e a gente supôs que ele estivesse no sindicato. O sindicato era muito perto da minha casa. Eu e minha amiga fomos ao sindicato para ver se ele estava lá e ele não estava lá. Aí, o sindicato foi cercado por militares a cavalo, nós ficamos com muito medo de sair de lá dentro [...] Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: “vocês são moças, jovens, que provavelmente pretendem

casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadrámos e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha. (CNV, 2014, vol. 1, p. 405).

Conforme salienta Tega (2015), a não neutralidade da linguagem expressa marcas de classe e gênero que traduzem como prática social as relações de exploração e dominação nas convenções de feminilidade e de masculinidade. Nesta perspectiva, o depoimento nos remete ao universo das tensões políticas, culturais e de gênero vivenciadas pelas mulheres que ousaram transgredir os padrões comportamentais estabelecidos pelo patriarcado. A narrativa da militante é marcada pela manipulação da identidade de gênero – ao enfatizar que, sua ida ao sindicato foi motivada pela preocupação de sua mãe em relação ao irmão – com o intuito de sensibilizar o delegado. Nesse contexto, ela desenvolve uma encenação em que se confundem a determinação característica das militantes e a fragilidade esperada das mulheres.

Em relação à declaração do delegado, não se trata apenas de uma opinião pessoal ou apenas sobre a forma como a polícia funciona. Trata-se de princípios que a sociedade criou e que as mulheres devem seguir. “A ideia de transgressão se dava não apenas porque integravam organizações políticas contrárias ao regime, mas porque a participação na luta política não era o que se esperava ou se adequava ao seu papel social, associado ao gênero” (Luz; Almeida; Silveira, 2021, p. 1012).

Transgressão dos costumes instituídos pelo patriarcado, posto que, às mulheres cabia a vida restrita ao espaço da família. *“En sus visiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad*

como guardianas del orden social, cuidando a maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y la tranquilidad familiar” (Jelin, 2002, p. 106). A ênfase no papel das mulheres na sociedade e na família mostra a hierarquização de gêneros: as mulheres são naturalmente as que devem cuidar, proteger e garantir a harmonia do lar.

2. Sevícia sexual: repressão à resistência feminina

Durante o período em estudo, muitas denúncias foram apresentadas aos órgãos da justiça, inclusive em tribunais internacionais, sobre a violação dos direitos humanos praticada nos presídios do país. Entendida como o recurso mais covarde empregado pelos agentes do Estado, a sevícia fez parte de um organizado aparato repressivo que contava com homens, instalações e conhecimentos específicos para esse fim. Maués (2011), destaca que não houve imprevisto na prática da tortura. Suas ações foram planejadas e estruturadas sob o comando das Forças Armadas. Embora fosse uma prática recorrente nos interrogatórios dos prisioneiros políticos, quando se tratava do sexo feminino a ira dos agentes da ditadura se apresentava de forma mais intensa, posto que, não escondiam a insatisfação de serem, por elas, enfrentados.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, **Maria Aparecida Costa** descreve as torturas que sofreu quando esteve presa na Operação Bandeirante - OBAN, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É

a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

O depoimento de Maria Aparecida Costa é marcado pela misoginia que ela experimentou ao ser encurralada sob olhares masculinos que a condenavam, antes de qualquer acusação, por ser mulher e ter ousado transgredir os padrões comportamentais da época. Em suas lembranças evidencia a vulnerabilidade da nudez e de se ver desqualificada por adjetivos que expressam o desprezo dos torturadores. Nudeza esta, que, vai para além da falta de roupas, mas que expunha a falta de respeito, proteção física e moral impostas a ela.

Uma maneira de submeter as prisioneiras a humilhação moral e psicológica era a imposição da nudez durante longos períodos de tortura. O uso de adjetivos como: vagabunda, prostituta, terrorista, vadia era um meio de enquadrá-las em um mesmo conceito – que as distanciassem do círculo de proteção familiar –, como forma de expô-las e marginalizá-las socialmente. Ocasão em que os torturadores afirmavam suas masculinidades na capacidade de produzir dor e sofrimento aos corpos aprisionados.

Conforme **Rosemary Nogueira**:

Eles diziam: “Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista”. [...] Aí começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio [...] Uma vaca chamada Miss Brasil, a vaca ganhou um prêmio. Um daqueles caras, o Tralli, trouxe um jornal

que mostrava a vaca e rasgava o jornal e passava em mim. Outra coisa é que eles me tiravam a roupa [...] (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

O relato da testemunha expressa o quanto os agentes do Estado não estabeleceram limites para a exposição da condição feminina a sucessivas humilhações que circulam entre a dicotomia repulsa/atração e “[...] esteve intensamente presente na situação de tortura, na qual as mulheres eram vistas pelos torturadores ora como corpos a serem penetrados, ora como corpos a serem repelidos – mas, de todas as formas, humilhados e vilipendiados (Tega, 2015, p. 49). E, continua a testemunha:

Veio um enfermeiro logo depois, pra me dar uma injeção pra cortar o leite. Porque esse Tralli [torturador] dizia que o leite atrapalhava ele. Então, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite, você está ligada com o seu filho, né? Me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, briguei e tal, empurrei, aquela coisa. [...] Ele me pegou à força e deu injeção aqui na frente, na frente da coxa. [...] Depois que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho”. Realmente, acabou o leite (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

A atuação da mulher na oposição ao governo autoritário representava uma afronta aos valores tradicionais da família. Diante do exposto, cabe salientar que, para os agentes do Estado: “A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia” (Joffily, 210, p. 230). O rompimento com a suposta “proteção familiar”, a expunha às várias situações e desafios em decorrência do sexismo presente na sociedade.

A ira dos militares, a condição de nudez, mesmo quando não estava, literalmente, nua, advém do universo simbólico que instituiu, não somente modelos comportamentais, mas sobretudo, espaços sociais que deveriam, ou não, ser ocupados por mulheres. A não aceitação da

ruptura, empreendida pelo sexo feminino, se manifesta desde as prisões, nos interrogatórios em que os torturadores, além do espancamento, lhes dispensam tratamento vil de constante humilhação, violação sexual e lhes conferem a pecha de subversivas, vagabundas, terroristas, vadias, prostitutas etc. Enquadrá-las nesses adjetivos significava uma autoconcessão para abusá-las das diversas formas possíveis.

Em suas atividades, a Comissão Nacional da Verdade constatou que a violação sexual foi prática recorrente entre as demais formas de tortura para com os prisioneiros(as) políticos(as), sobretudo, com as do sexo feminino, evidenciando que o exercício da repressão adveio de uma instituição masculina e patriarcal.

3. A exploração do vínculo afetivo nos interrogatórios

Embora a violência contra a mulher tenha sido feita na maioria dos relatos, através do abuso sexual e violação dos corpos, que as configuravam como objeto de desejo, os torturadores as impuseram a sevícia psicológica a partir da constante exploração do vínculo afetivo.

“Elas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também pela manipulação do vínculo entre mãe e filhos, uma vez que esse vínculo torna a mulher particularmente vulnerável e suscetível à dor tendo em vista, a vulnerabilidade feminina” (Sarti, 2004, p. 38). Há casos em que mulheres relataram que apesar da tortura física a dor que mais às desestabilizavam eram as ameaças feitas em relação aos seus filhos que, em muitos casos, ainda eram bebês e estavam nas mãos dos militares.

Elzira Vilela⁵ foi presa em setembro de 1973, ocasião

⁵ Estudante de medicina na PUC, militante do Movimento Estudantil no Centro Acadêmico e Juventude Universitária Católica. Quando esta última já não chegava aos espaços de luta por ela desejados, entrou para a organização Ação Popular em 1962. Em 1967 foi para

em que foi levada para o Destacamento de Operações de Informação / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI - CODI/SP) com sua filha, Carmem de Souza Nakasu, de apenas 15 meses, relata que:

Foi tortura o dia inteiro, bateram muito. E eu só pensava na Carminha. Eu estava absolutamente desesperada. [...] Olha, para falar a verdade, eu nem sentia muita dor. Porque o meu foco inteiro era assim, a loucura [...] Ela estava nas mãos dele [...] e essa para mim foi a maior tortura da vida. Eu creio que nunca mais, na vida, eu vou sofrer tanto como naqueles dias eu sofri. Porque você fica o tempo todo se questionando: pô, eu escolhi, é uma opção de vida minha. [...] se tiver que morrer, morro. Agora, e minha filha? E a menina? Ela tinha um ano e um mês, estava começando a andar. Era uma criança linda, linda, japonesinha. [...] Nas mãos deles (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

A partir do depoimento é possível ter uma noção do nível de desprezo que podia chegar à busca por confissão por parte dos torturadores. Ao perceberem que somente a tortura física não era recurso suficiente para chegarem as respostas desejadas eles passavam a investir sobre o psicológico das interrogadas e assim obterem às confissões desejadas. A manipulação da maternidade e a incerteza da integridade de seus filhos frente as ameaças de tortura foram utilizadas, em várias circunstâncias, como meios para fazê-las confessar, exatamente, o que eles queriam ouvir. O testemunho da militante evidencia o quanto o enlace materno torna a mulher suscetível a tortura psicológica e que esta pode ser mais devastadora que a sevícia física.

É complexo abordar a tortura psicológica, pois todas as formas de sevícia abalam o indivíduo psicologicamente e deixam cicatrizes que marcam e o assombram por

Santa Luzia no Maranhão para atender os companheiros em guerrilha rural. Já na clandestinidade foi para Alagoas participar da luta armada.

toda a vida. Os relatos a seguir evidenciam que as prisioneiras eram, frequentemente, ameaçadas de que seus familiares poderiam ser sequestrados/torturados caso não confessassem os crimes a elas atribuídos ou entregassem companheiros da militância. São lancinantes os relatos de agonia impostos às mães, por ameaças feitas aos seus filhos, durante sessões de tortura ou pela separação compulsória das crianças, como a vivenciada por **Eleonora Menicucci de Oliveira**. Com menos de dois anos de idade, sua filha foi ameaçada pelo uso de choques elétricos, por Lourival Gaeta, como relata a própria mãe:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

Em vários os relatos a condição de maternidade foi manipulada sob ameaça e até mesmo a prática da tortura em crianças. E não foram poucas as situações em que filhos de militantes foram fichados criminalmente. Vale ressaltar que em muitos casos as ameaças envolvendo os filhos foram postas em prática. “O grupo de trabalho “Ditadura e Gênero” ouviu testemunhos envolvendo 41 crianças e adolescentes que foram sequestrados, estiveram confinados em prisões com os pais, em juizados de

menores e orfanatos, ou mesmo submetidos à tortura.” (CNV, 2014, vol. 1, p. 410).

Maria Amélia de Almeida Teles teve os filhos raptados depois de ser presa com o marido, César, em dezembro de 1972:

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo (CNV, 2014, vol. 1, p. 410).

A exploração do vínculo afetivo não foi um recurso utilizado apenas entre mães e filhos, mas também estendido a outros familiares, sobretudo aos seus companheiros. Existem relatos em que mulheres foram torturadas para passar informações sobre a militância política de seus cônjuges ou namorados. Também ocorreram muitas situações em que casais sofriam a sevícia de forma conjunta.

Neste contexto, **Márcia Bassetto Paes** relata, em depoimento prestado à CNV, as torturas sofridas quando foi presa com Celso Giovanetti Brambilla pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS/SP, em 28 de abril de 1977:

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a

gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação (CNV, 2014, vol. 1, p. 407).

Torturada de forma semelhante à militante anterior, **Antônia Ribeiro Magalhães** foi presa e levada com o marido para o DOI-CODI/SP, em 23 de março de 1971. A seguir, trecho de seu depoimento:

Mandaram tirar a roupa, “TIRA A ROUPA AÍ!”. Eu tirei a roupa, aí me botaram, igual como carrega uma galinha, sabe? Com cabeça pra baixo, ali um tempão... puserem ele [o marido] pra me dar choque na vagina, puserem pra me dar choque [...] começaram a torturar, “FALA AÍ!”, falavam para ele. “FALA AÍ, SENÃO VAMOS TORTURAR A SUA MULHER!” [...] Aí, me levaram lá pra cela [...] Depois, me levaram de novo, ele [marido] ainda estava lá, ele não saiu de lá, quando eu vi, ele tava com o rosto todo inchado, ficou uma pessoa que eu nem conhecia mais. Aí, começaram de novo, dando choque... de novo... não sei como eu estou viva (CNV, 2014, vol. 1, p. 403).

Ambas as narrativas evidenciam a crueldade com que os torturadores violavam os corpos das mulheres, sendo que, muitas vezes em concomitância com seus maridos, namorados, e/ou companheiros de militância. Para as mulheres a humilhação era dupla: primeiro por serem torturadas, humilhadas, violadas sexualmente e segundo, o fato de terem seus corpos objetificados para, também, humilhar seus companheiros. Considerando-se a concepção de que os homens deveriam proteger suas esposas,

os torturadores criavam situações em que os militantes fossem desmoralizados ao presenciar a violação e tortura dos corpos de suas companheiras sem que pudessem livrá-las de seus algozes. Neste contexto, "a "honra" daqueles considerados inimigos pelo aparato repressivo também foi combatida no corpo de "suas mulheres" – corpos esses historicamente disputados como butim das mais diversas guerras" (CNV, 2014, vol. 1, p. 403).

Os relatos corroboram com o entendimento de Teles, ao ressaltar que os torturadores percebendo o potencial de enfrentamento das mulheres na militância em não se curvarem ao jugo dos violadores da Lei "[...] as torturaram igualmente como os demais e, sem ignorar suas diferenças, usaram delas para praticar as mais diversas e cruéis atrocidades" (Teles, 2015, p. 1002). A ousadia de tensionar a estrutura da família tradicional e a apropriação de espaços sociais e funções que, até então, pertenciam aos homens, associada à atuação na resistência ao regime militar impôs graves consequências às mulheres que trilharam pelo caminho da luta política.

4. Militância feminina entre o dizer e calar nos interrogatórios

A institucionalização da tortura pelo Estado ditatorial espalhou um sentimento de impotência e medo nos(as) militantes ao serem presos(as). "A evidência da repressão de Estado criou uma "cultura do medo" na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e consequentemente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política" (Alves *apud* Maués, 2011, p. 48). Ao ser submetido à sevícia, geralmente, o ser humano perde o controle do que diz, fato que aumentava o medo de não ser tão "forte" quanto um militante deveria ser (CNV, 2014, vol. 1). O temor diante das longas sessões de tortura estava relacionado, não apenas, às dores físicas, mas também,

a possibilidade de falar algo que pudesse comprometer algum companheiro de militância, bem como, a própria organização revolucionária da qual participava.

Maria Aparecida Costa, presa no Rio de Janeiro, no final de 1969, e torturada durante dois meses, na OBAN, narrou sua experiência à CNV:

Havia uma diretriz: preso não fala. Para algumas organizações era o seguinte: preso não fala. Ponto. Para outras, era o seguinte: segura 48 horas, três dias e depois tenta segurar as coisas. [...] o básico é isto: quem é preso não deve falar e não deve implicar outras pessoas. Esta é a verdade. [...] Este é o padrão, eu acho, internalizado em cada um de nós. Muitos conseguiram, muitos não conseguiram. Muitos morreram no silêncio. Muitos preferiram se calar, morreram, sumiram, aguentaram, não falaram. Outros sobreviveram. Uns falaram menos, outros falaram mais. [...] Este era, vamos dizer assim, o critério do valor humano. Ou seja, o critério da resistência à tortura [...] esta é uma questão em torno da qual giram muitas coisas (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

O depoimento acima enfatiza a tensão a que eram submetidos os prisioneiros(as) políticos(as), pois mesmo sofrendo torturas físicas e/ou psicológicas para que delatassem seus companheiros de militância, confessassem o que os torturadores queriam ouvir, existiam códigos de conduta dentro das organizações de esquerda que teriam que ser rigidamente seguidos por seus membros. A manutenção ou descumprimento do compromisso que assumiram quando entraram no movimento era responsável, não apenas pelo destino de outros militantes, mas por suas memórias na luta política.

Quebrar os códigos, trair o movimento e seus integrantes adicionaria “fantasmas” para além das sequelas da tortura física na vida do militante. Certamente, quando se tratava das mulheres, esse código, essa exigência tinha peso superior, pois tinham que provar sua força, coragem e resistência para receberem tarefas mais arriscadas – como por exemplo a luta armada – nas organizações. A

dignidade feminina foi colocada à prova em várias situações, fosse na tortura ou nos trabalhos que a elas foram confiados nas organizações em que militavam.

Outra mulher, que testemunhou sob sigilo, optou por escrever o que isso significou para a jovem de 19 anos, presa quase na mesma época, pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro:

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destroçada em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. Não só pela violência sofrida, mas pelo sentimento de culpa que me invadia a alma. Sentia-me responsável pelo sofrimento e pela dor daquele que, embora sob coação, tinha levado à prisão. [...] Alguns anos depois soube que ele ficara dois meses na prisão. E que já estava em liberdade, o que muito me alegrou. Pensei tantas vezes em procurá-lo. Em dizer-lhe sobre as circunstâncias em que cometi aquele ato, que mesmo sob coação sentia como desonroso. Falar-lhe sobre a ameaça de estupro: a bruta e cruel “escolha de Sofia” a que me vi submetida. Mas todas as vezes em que tomava a decisão de procurá-lo, era acometida pelo pânico. Iria ele me compreender? Teria eu o seu perdão? Essa tristeza me acompanhava. [...] Em nossa sociedade, a ruptura com esse código de honra, mesmo que sob coação, se expressa em palavras como “traição”, “delação” e outras mais. Carregam consigo uma acusação e um estigma. Podemos ouvir na fala de muitos daqueles que passaram pela experiência de prisão e tortura, referindo-se a si mesmos, expressões como “resisti”, “não delatei”, “não entreguei ninguém”. Ou, referindo-se a outros, expressões do tipo: “ele não abriu nada”. Todas ditas com muito orgulho, são expressões elogiosas. Expressões que se, por um lado, traduzem o sentimento de orgulho e honra daqueles que as dizem, carregam também consigo, implicitamente, mesmo que sutilmente, uma acusação dolorosa aos que, por alguma razão, não resistiram. Talvez não compreendam sua dor (CNV, 2014, vol. 1, p. 415).

O relato acima é marcado por sentimentos de dor, culpa, vergonha, pânico, estigma de haver delatado um companheiro de luta, julgamento etc. A militante vivencia outros tormentos para além da humilhação e sofrimentos experienciados com as torturas físicas e psicológicas enquanto esteve na prisão – daí o seu testemunho no anonimato, o medo de se identificar e ser apontada como traidora. A referência ao romance “A escolha de Sofia”⁶, evidencia o quão difícil foi e deixou feridas profundas em sua alma a opção entre delatar um companheiro de luta ou ser estuprada. A ação teve seu preço e não atoa a testemunha se compara à protagonista do referido romance. Dessa forma, vive assombrada por suas memórias e carrega consigo a desonra da traição, a angústia em não ser reverenciada/respeitada por ter resistido a sevícia, como muitas de suas companheiras. Mas, ser apontada como a que traiu o movimento e foi responsável pela prisão e tortura de um companheiro de luta. Pesadelo que, certamente, a acompanhará por toda vida.

Considerações finais

Considero que, mesmo tendo experienciado as dificuldades que lhes foram impostas por tensionarem modelos comportamentais de uma época caracterizada pela hierarquia de gênero, as militantes também protagonizaram a luta contra as arbitrariedades dos governos de exceção. Dessa forma, não se curvaram à condição de vítimas, enfrentaram os agentes do Estado e, em determinadas

⁶ Romance de Willian Styron “A escolha de Sofia”, obra que narra, em sua patética grandeza, com perfeito domínio do tempo na narrativa e um texto denso, envolvente cheio de suspense, o drama de Sofia Zawistowka, uma bela polonesa sobrevivente ao campo de concentração de Auschwitz, mulher assombrada pelo terrível escolha que precisou fazer um dia. Uma escolha que definiu o resto de sua vida, entregue a uma relação alucinante e destrutiva, impermeável a qualquer felicidade capaz de desviá-la do puro e simples aniquilamento.

situações, apropriaram-se do imaginário sobre a “fragilidade feminina” para confundi-los nos interrogatórios. A degradação física e moral das prisioneiras políticas evidencia o quanto a ousadia em transgredir os costumes daquela sociedade lhes custou caro. Foram punidas não apenas por participarem das ações de resistência, mas, também por questões relacionadas à condição feminina.

Os testemunhos sobre a sevícia e a violação dos corpos, externam o quanto as militantes foram odiadas, vilipendiadas e receberam tratamentos que às desumanizavam. Nos relatos é frequente a ênfase ao fato das prisioneiras políticas terem sido interrogadas com vendas nos olhos, desprovidas de suas vestimentas, sofrerem estupro, abuso e assédio sexual. Tais ações evidenciam o caráter misógino dos interrogatórios e a necessidade de expressar a “superioridade” do sexo masculino sobre os corpos que, naquela ocasião, estavam frágeis e indefesos.

Conforme Colling (1987), após décadas, as militantes conservam, em suas memórias, as cenas de humilhação as quais foram submetidas. Nesse contexto, a leitura dos testemunhos evidencia que cada detalhe – nudez, violação dos corpos, abuso sexual, palavras difamatórias, manipulação dos vínculos afetivos, o peso de não ter suportado a tortura e delatado companheiros – é carregado de significados/sentimentos/sensações que, até hoje, marcam as vidas dessas mulheres. Assim, as peculiaridades da sevícia e seus traumas emocionais são os elementos que mais se destacam nas memórias femininas da luta política.

Tendo em vista o reduzido espaço destinando as narrativas femininas, se comparado aos homens, este trabalho, ao destacar as experiências nas prisões, vem juntar-se às pesquisas já existentes no sentido de enriquecer o debate e dá visibilidade à temática a partir das narrativas das militantes sobre os interrogatórios nas prisões.

Referências

BRASIL. *Comissão Nacional Da Verdade*. Capítulo 10: violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. Brasília, 2014.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria* Madrid: Siglo XXI, 2002.

Jelin, Elizabeth *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*.- 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010

LUZ, Pâmela Tainá Wink da, ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco, SILVEIRA, Éder da Silva. “Professoras “subversivas”: Narrativas Autobiográficas De Mulheres Militantes No Relatório Da Comissão Nacional Da Verdade (CNV).” *Revista Brasileira De Pesquisa (Auto)biográfica* 6.19 (2021): 1000-020. Web.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, v. 28, p. 178-201, 2002.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura. In: *CADERNOS Ceden*, vol. 2, nº1 (2011).

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

STYRON, Willian. *A escolha de Sofia*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

TEGA, Danielle. *Traumas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro - dezembro/2015.